

# O departamento e o curso na formação de seus analistas

**O** tema escolhido pela Revista Percurso, a formação, foi a ocasião e a oportunidade para a organização de uma mesa redonda (24/03) sobre a formação no Departamento e no Curso de Psicanálise do Sedes Sapientiae. Os participantes da mesa foram Ana Maria Sigal, Cleide Monteiro, Luis Carlos Menezes e Rubia Mara Nascimento, todos membros do Departamento; os primeiros três são professores e a última é aluna do Curso. Mara Selaibe, da Revista Percurso, presidiu a mesa. Os participantes da mesa e os convidados, membros do Departa-

mento e alunos do Curso, receberam antecipadamente uma circular com uma questão-eixo e outras auxiliares, como propostas para a discussão. Transcrevemos a seguir a questão-eixo e seus possíveis desdobramentos, que nortearam as exposições dos convidados.

**Questão-eixo:** Classicamente, a formação do analista se apóia no tripé constituído pelas seguintes componentes: análise pessoal, supervisão e estudos clínicos/teó-

**Debatedores:** Ana Maria Sigal, Cleide Monteiro, Rubia Mara Nascimento, Luis Carlos Menezes  
**Edição:** Daniel Delouya e Renato Mezan

ricos. Considerando essa idéia, como você aborda as seguintes questões:

a) é ou não adequado, existem ou não vantagens em haver um "alinhamento teórico" entre as três componentes, como ocorre em diversos grupos lacanianos e sub-grupos das sociedades ligadas à IPA?

b) Qual a prioridade relativa que se deve dar a cada uma dessas componentes, visto que algumas instituições - a APF, por exemplo-priorizam a supervisão, e outras - à APP, por exemplo-priorizam a análise?

c) Qual você pensa deva ser o papel da instituição na determinação e avaliação dessas três componentes do tripé? E, nesses sentidos, como é e como deveria ser a estrutura da formação no Departamento

### Desdobramentos possíveis

1) Você poderia nos contar a respeito do que motivou sua aproximação ao Departamento e/ou ao Curso de Psicanálise?

2) Quais os critérios que, segundo você, devem ser levados em conta para a aceitação de um candidato ao Curso, e de que modo? Como você acha que isso está sendo feito atualmente na seleção dos alunos para o curso?

3) Como se procede ao acompanhamento do aluno dentro do curso, bem como à avaliação da formação recebida ao final do mesmo? Para você algo deveria ser modificado?

4) Quais os critérios utilizados pelos professores para a contratação de novos colegas no Curso? Qual sua opinião sobre isso? E como você compreende o fato do Curso ser o único setor do Depto. a incluir pessoas (professores) que não fazem parte do próprio Departamento?

5) Como você compreende a análise na formação de um analista?

6) Existe uma queixa, bastante freqüente e antiga, de que o Curso está centrado nos estudos teóricos

e dá pouca ênfase às questões clínicas propriamente ditas. O que pensa sobre isso?

7) Nosso Curso está centrado no estudo da obra de Freud, sendo que a leitura realizada se dá, predominantemente, dentro de uma ótica da Psicanálise francesa. Quais seriam as razões e o que você acha disso?

8) Quando o Curso foi fundado - sob a liderança de Regina Chnaiderman - ele vinha preencher, na época, uma função dentro do panorama da Psicanálise em São

“ Não se pode falar das instituições de formação como se estivessem fora da história e da sociedade ”

Paulo. Desse modo, possuía seus princípios norteadores e apresentava um perfil de caráter alternativo. Como você avalia a pertinência dessa questão hoje?

9) Para você, qual a necessidade, a importância e a função do Depto. dentro do processo de formação dos analistas que a ele pertencem?

10) O reconhecimento de um membro do Depto. como colega vem se dando na constituição de pequenos grupos de trabalho, nos possíveis encaminhamentos feitos, na aceitação de trabalhos para publicação, nos

convites para participar de um evento, e assim por diante. Trata-se de uma política de reconhecimento que se dá de maneira indireta e informal. Você considera isso suficiente e satisfatório?

Ana Maria Sigal - Eu buscarei sublinhar um horizonte ético de reconhecimento das diferenças no campo psicanalítico e das instituições de formação. Escolhi transformar em questão-eixo da minha exposição a questão subsidiária daquilo que motiva a pertinência ao Sedes como instituição, ao Departamento e ao Curso como espaços de formação. A meu ver, é a partir daqui que se define a política da formação. Mais adiante, referir-me-ei ao alinhamento entre análise, supervisão e linha teórica como decorrentes de uma posição frente à formação pensada como um todo.

Por que caracterizar a instituição? Porque é impossível falar de formação em psicanálise sem tratar da instituição onde esta se desenvolve. Alguns psicanalistas e algumas instituições de formação criam a ilusão de que é possível manter-se alheio aos problemas históricos, políticos e sociais nos quais se inscrevem. Sabemos desta impossibilidade. Basta pensar no que aconteceu com Cabernite e Lobo no seio da instituição psicanalítica do Rio de Janeiro, atravessada pela repressão e a tortura, bem como na expulsão de Hélio Pellegrino e de Mascarenhas na época de um conturbado panorama político nacional. Devem ser levados em conta inclusive os determinantes ligados à política institucional, como foram os casos de Lacan e de Meltzer, chegando até a dissidências de ordem científica, como deixa transparecer a expulsão de Masud Kahn da Sociedade Psicanalítica Inglesa.

Portanto, é impossível falar de psicanálise e de suas instituições de formação pensando serem exógenas as condições históricas e sociais nas quais elas se inscrevem. Não somente estarão atravessadas, mas ainda

constituídas e estruturadas em função dos determinantes inconscientes (das ideologias) e conscientes (dos ideais) que as condicionam. Diferenciar o Ego-ideal do ideal do Ego e situar a ética na metapsicologia é uma tarefa que nos compete, assim como situar o lugar do ideal e dos projetos como parte constitutiva do Ego em relação com os processos sublimatórios.

O Sedes como tal se inscreve dentro destas coordenadas como uma instituição democrática, preocupada com uma luta política de desenvolvimento e justiça social. Entretanto, por vezes isto é esquecido, por outras negado, e o que é ainda mais grave, chega a ser renegado ou recusado, o que acaba por criar um vínculo de inserção perversa na instituição.

Um cartaz dos "sem terra" ou a fala de um "menino de rua" nos presentificam nos corredores a marca da Instituição. Isto não pode ser alheio à forma pela qual nos constituímos e escolhemos a cada momento. Devemos ressaltar que estas marcas vão se alterando no decorrer da história: nossas questões não poderão hoje ser as mesmas de dezoito anos atrás, no momento de nossa fundação. É preciso que se faça uma análise das condições atuais, para que se possa entender aquilo que nos determina hoje. Mudanças têm afetado amplamente o campo histórico-social mundial, a produção de conhecimentos e a política institucional no campo da psicanálise.

Somos questionados: *formação alternativa ou alternativa de formação?* Atualmente somos uma alternativa de formação num vasto campo de ofertas. Ainda assim, a meu ver, conservamos marcas que nos colocam como uma formação alternativa. Alternativa em relação a quê? Aquelas instituições que se auto-consideram como a "formação oficial".

Seria importante recordar que nosso curso foi criado em 1976, como um espaço alternativo à So-

riedade de Psicanálise, a qual exigiu que seus membros desistissem do ensino no Sedes. Naquele momento, esta Instituição era alternativa não só pela possibilidade de formar analistas, mas também como um espaço democrático no qual era possível o exercício da cidadania.

Por vezes se criticou isso, afirmando que se assemelhava a um espaço de militância; e o foi, no sentido de dar a possibilidade de exercer a liberdade e o pensamento criativo numa fase obscurantista.

“ O caráter democrático do Sedes é por vezes esquecido, negado ou renegado ”

Foi um dentre os tantos espaços micropolíticos nos quais proliferou o pensamento intelectual atacado pela ditadura. Como psicanalistas, devemos recuperar a história e com ela caminhar e transformá-la, através do processo perlaborativo.

Hoje estamos num outro momento, tão atravessados quanto antes pela filiação e pela história da qual somos atores. Não consigo pensar num espaço de formação cujos membros não sejam seus atores e autores. Ao não se assumir a responsabilidade e o compromisso da nossa formação,

correm-se riscos.

**Seleção:** escolhi o tema da seleção dos membros do nosso Departamento para denotar alguns elementos que a meu ver nos caracterizam e para sobre estes polemizar.

Por que escolhi o tema da *seleção*? Porque acho que, quando alguém se aproxima do Sedes, o faz em função de uma certa caracterização de formação que esta Instituição oferece no meio psicanalítico. Os candidatos que se aproximam de alguma maneira nos escolhem como possibilidade e, ao mesmo tempo, nos delegam a função de selecioná-los.

Estes encontros são acontecimentos que singularizam o devir.

No campo da formação, assinalo algumas dessas marcas que nos particularizam:

a) Ao ler nossos programas, é possível perceber que existe um interesse fundamental na transmissão centrado na reflexão sobre a clínica. O modo pelo qual se organiza a transmissão deixa transparecer que não temos a intenção de ensinar um conhecimento pretensamente objetivo, não temos uma intenção enciclopedista com o acúmulo de informação. Temos, porém, o interesse de refletir e integrar um conhecimento que deve ser processado a partir do exercício da clínica e da experiência da própria análise;

b) Escolher Freud como vigamestra denota que qualquer conhecimento dos pós-freudianos, seja Lacan, Melanie Klein ou Bion, apreendidos sem sua relação com Freud, se torna apenas repetição de um discurso ecolálico, de um pensamento sem origens;

c) Falamos de um estudo crítico e criativo, no qual cada um escolhe seu estilo. Com isto não atribuímos "oficialidade" ou "legitimidade", nem tampouco outorgamos um caráter de "Verdade Única" a nenhuma linha teórica que nos represente dogmaticamente, o

que levaria à exigência de uma submissão à Instituição. Entretanto, isto não quer dizer que descartemos o compromisso ético com a mesma. A partir disto, desejamos promover laços autônomos, porém não por isto menos engajados, nos quais a diferença e a singularidade se manifestam como condição e característica daquilo que entendemos por *psicanalítico*. O fato de serem singulares não implica, porém, que sejam solitários. O fato de pertencer a uma instituição ou a um grupo permite, justamente, que se percorra o difícil caminho da formação junto a outros analistas e com um referente terceiro, que nos remete ao Édipo e à Castração.

d) O desacordo total e absoluto com o controle das análises pela Instituição nos leva a pensar que toda análise que recebe uma adjetivação tem um objetivo outro que não o da análise. Existe ainda o perigo de que, sob o peso da transferência, o analista se ofereça a si ou à Instituição como modelo ideal, provocando o desvirtuamento ético e a intromissão externa a uma análise. Proponho, assim, a discussão deste tópico.

e) Pensamos em como fazer para não deslocar os efeitos da análise didática para uma supervisão didática, aqui viria a ocupar o mesmo lugar. Os riscos e os conflitos decorrentes desta postura são vários; ainda assim, é preferível processá-los e repensá-los em conjunto. É devido a este fato que encontros deste tipo se fazem fundamentais.

f) O trabalho dos convênios com a Coordenadoria de Saúde fala da tentativa de se pensar numa psicanálise não formalizada a partir do exterior da técnica, mas pensada a partir dos princípios fundadores que a determinam;

g) A existência de um Departamento que nos permita um espaço de reconhecimento, produção e formação permanente em qualquer de seus setores é outra marca que determina nossa inscrição. A leitura de

textos para a revista, as discussões sobre a clínica institucional, o trabalho na clínica do Sedes, e outras atividades do Departamento, são por si mesmas formadoras.

**Por que escolhi o SEDES?** O meu engajamento nesta Instituição se deu por uma escolha, produto de um mútuo reconhecimento. A dimensão histórica nos determinou como seres humanos inseridos na sociedade e não como meros administradores da loucura. A tradição ética e política de Regina Chnaidermann e da Madre Cristina, como

“ O engajamento dos analistas argentinos aqui se deu como produto de um mútuo reconhecimento ”

representante do Sedes, nos oferecia - além de um acolhimento humano - uma visão da psicanálise e da formação que nos permitia continuar uma pesquisa teórica já percorrida em nosso país.

**Por que fomos reconhecidos pelo Sedes?** Porque, além de concordâncias políticas que precipitaram nossa saída da Argentina, trazíamos uma experiência que podia ser aproveitada. Joel Birman, na “Agenda de Psicanálise”, 1991, diz que “a inclusão dos ana-

listas argentinos na década de 70 inscreveu definitivamente em nós a possibilidade de ser legitimados como analistas fora do território da Associação Internacional de Psicanálise”. Isto foi, a meu ver, um bom encontro.

**O que levamos em conta na escolha de nossos membros?** Dificéis entrevistas, as da seleção. Tentamos lidar com as diferenças individuais do entrevistador, oferecendo dois encontros com pessoas diferentes, o que permite diminuir tanto quanto for possível as escolhas narcísicas ou por identificação, aceitando ao máximo a diversidade das pequenas diferenças. Lembremos do *das Ding*, que faz tanta diferença.

Seria mais fácil lidar com uma instituição na qual os membros clínicos tivessem a mesma formação, a mesma análise, a mesma clínica e o mesmo discurso. Entretanto, não é isto o que desejamos. Nem os analistas que se encarregam aqui da transmissão, nem nossos membros, aprovam ou desejam esta homogeneidade.

**Quais são, a meu ver, as características prévias para uma formação?** Perceber se o desejo existe e pulsa com a força suficiente. Estas marcas far-se-ão presentes no caminho percorrido; o *currículum* não é um conjunto de atividades ingenuamente acumuladas, mas as pegadas deixadas pelo desejo. Isto será escutado também no relato da clínica e no investimento na análise. Não é importante se o nome do analista está presente ou não na lista dos “autorizados”; o que importa é o investimento, é o trabalho realizado.

**O que se espera de alguém que se aventura nesta formação?** Perguntamo-nos isto ano após ano. De fato, não consideramos fundamental o ser médico ou psicólogo. Romper com esta tradição teve seus custos, mas definiu uma posição: coloca a formação em psicanálise como uma modalidade original do saber, com seu próprio território. A curiosidade e o impulso epistemo-

filico livre, que permite aventurar-se pelos difíceis caminhos da sexualidade, são necessários. O desejo de saber do inconsciente, que nos permite uma constante re-historização, um construir e re-construir a história, também o é. A possibilidade de lidar com nossos preconceitos, ampliando nossa escuta - o que nossa própria análise nos possibilita - são desejáveis. Além disso, incluímos o poder reconhecer nosso próprio mundo conflitante para transformá-lo e alargar nossa escuta. Complementando este quadro, surge a inquietação para diminuir a burocratização e a normatização do saber, assim como o interesse pelo conhecimento e pela cultura.

A proposta é, então, organizarmos-nos frente a uma lei, comprometidos e engajados, para nos *formarmos*, e não para nos *conformarmos* em relação a um Ego ideal que se ofereça como identificação imaginária. Decorrente disso, as diferenças atuam como teceiros que desespecularizam. Corre-se o risco de que as análises possam ser auto-questionadas. Também alguns analistas questionam a formação em uma instituição que possa colocar em risco seu lugar, uma vez que estes, ao invés de aspirarem à dissolução da transferência, trabalham no sentido da consolidação de um vínculo hipnótico.

Volto aqui então ao questionamento quanto à coerência e concordância: o chamado "*alinhamento teórico*". O problema não está nas diferenças, porém no vínculo dogmático ou religioso que se institui com as análises, as instituições, as teorias ou as supervisões. O poder da transferência narcisizante cria sujeitos submetidos e incapazes de questionamentos ou compromissos, em virtude de uma fusão que produz sistemas de crenças e emblemas. Estes, ao serem imaginariizados, criam uma falsa idéia de completude, que impossibilita a apropriação de novos conhecimentos. Necessário é permitir, portanto, o confronto com uma constante fal-

ta, que nos remete a uma formação interminável como deslocamento simbolizante, no sentido de sempre incompleta, no qual o Outro institui a diferença.

O máximo da distorção desta relação se dá, a meu ver, quando o poder omnímodo da transferência se concentra num só indivíduo: supervisão, análise e grupo de estudos encarnados no Um, que não tem restrições, que abrange todos os modos de ser.

O alinhamento teórico pode fa-

“Com o alinhamento completo, estaríamos em Sarajevo, de onde se deve expulsar o estrangeiro.”

cular, mas neste caso, corre-se o risco de se ficar preso a um bloco monolítico que nos leva a pensar na onipotência de uma "Verdade Única".

Sendo assim, estaremos em Sarajevo, onde se deve expulsar o alheio, o estrangeiro em nós.

Proponho ao Departamento continuar percorrendo o difícil caminho de conviver com as diferenças, para pensar em um projeto de formação.

**Cleide Monteiro:** O eixo que me norteou, ao tentar alinhar algu-

mas questões e algumas idéias a respeito da formação, foi que eu sou - posso dizer assim - um produto da formação nesse Curso, e depois nesse Departamento. Estou aqui há 13 anos, entrei via Curso. Então, dessa perspectiva foi interessante retomar todos os documentos, inclusive a *Percursos* nº.1, que contém vários artigos sobre formação, da própria Regina; uma história do Curso, de Mário Fuks, e textos de outros colegas. Revi a proposta de fundação do Departamento e os próprios estatutos. Esses foram componentes da minha história aqui.

Retomo aqui como era quando eu entrei, quero dizer, o que se procurava nesse espaço. Aderir a este espaço tinha muito a ver com a posição do Sedes sobre questões políticas. Isso era em 1980, 1981, um momento de abertura política recente no Brasil, onde a instituição Sedes pesava muito. Muitos de nós naquela época já vínhamos com um percurso feito em termos de análise pessoal e de supervisão com analistas variados. Mas a formação analítica naquela época, e como no Rio de Janeiro, estava ligada à questão da identidade do psicólogo clínico, como parte da melhora da sua formação. O horizonte de formação analítica independente se coloca mais tarde. O Curso se chamava "Curso de Psicoterapia de Orientação Psicanalítica", não de *base* analítica. O nome mudou para o atual no ano que entrei aqui.

Havia uma efervescência política muito grande contra qualquer tipo de autoritarismo: isso era o princípio geral. O Curso era imbuído dessas questões, e era como se entrássemos nesse universo mais específico da psicanálise por essa via. Toda essa história está aliás relatada em *Percursos* nº 1, num texto de Mario Fuks escrito às vésperas da sua saída daqui e do Brasil. Falava-se mais da questão ideológica propriamente dita. Hoje em dia, já se fala das identificações maci-

ças... Mas naquele tempo eram questões muito mais amplas.

Esse curso também sofreu pressões: professores da Sociedade faziam parte dele no começo, e depois foram "convidados", por ameaças da instituição dita oficial, a se retirar. São esses os pilares, em processo de constituição, do curso de psicanálise a partir de 1981, que, já na especificidade da psicanálise, vai se pautando pelo não-controle das análises e não-controle das supervisões, realizadas particularmente pelos alunos, pelos espaços coletivos, e pela possibilidade de discussão da teoria e da clínica nesses espaços.

A questão da avaliação, o modo como ela vem se processando, se deve a esse desenrolar histórico, porque, a partir desse primeiro momento de adesão genérica a ideais mais amplos, constituiu-se um pedido que vai aparecendo ao longo dos anos: "qual é o nosso perfil?" Alternativo! De início, isto significava ser da oposição, mas muito rapidamente surge a questão concreta da prática...

A partir de 1985, eu faço parte do grupo de professores. Em geral esses momentos foram atravessados por questões muito mais amplas. Em 85, a questão que aparece, e que é um dos frutos desse curso, é o Departamento. Esse Departamento é fruto de todo um trabalho, do desejo de permanecer no espaço que formalmente não existia, na medida em que o curso começava e acabava depois de um certo tempo. Essa demanda, oriunda dos próprios ex-alunos, parte da vontade de permanecer num espaço que tem também as mesmas marcas: a identificação em torno da não-rigidez, da não-adesão a nenhuma teoria dogmática, a possibilidade de debate entre analistas...

Mas, já no projeto apresentado para a assembléia de aprovação desse Departamento, aparecem questões muito semelhantes às que se perfilam nas questões

colocadas para o debate de hoje. Cito... *"Dos Membros: A pergunta é de quem é membro do departamento. Esse grupo fala - de repensar e confrontar idéias e amadurecer algumas reflexões sobre as próprias características que pretendemos para esse departamento. A primeira formulação que surgia como resposta a essa pergunta era uma tautologia: todos são membros, se pertencem ao Departamento. Ao ser superficialmente examinada, no entanto, revelava de imediato sua tendência em busca de neutralizar as possíveis*

“ Que desejo de pertinência é este? A quem se apresenta, e para que? ”

*assimetrias existentes entre os interessados no Departamento, que começava a se traduzir pelas já célebres categorias: alunos, ex-alunos e professores do curso. Junto então com a questão de tornar-se membro, aparecia a questão das relações do Departamento com o Curso. Mas todos os alunos, ex-alunos e professores desejam pertencer a esse departamento? Surge então como esboço de definição de pertinência a formulação "será membro do Departamento todo aquele que apresentar*

*seu desejo de sê-lo".*

Esta formulação trazia o benefício de eliminar o indiferenciado da primeira possibilidade, mas nos colocava novas questões, principalmente: "que desejo de pertinência é esse? A que se apresenta e para quê? Examinávamos a questão do desejo de pertinência tentando explicitar um pouco que tipo de implicação havia na formulação que usualmente vínhamos fazendo e ouvindo ser feita nos nossos diversos encontros gerais: de que o Departamento deveria possibilitar um espaço de pertinência e reconhecimento, [palavras que continuam ressoando até hoje]. *Era consensual para nós que um espaço de reconhecimento não seria, não poderia, não deveria ser um espaço de autorização, uma vez que todos entendíamos que a formação é interminável e complexa, impossibilitando, portanto, uma avaliação pelos parâmetros "apto" "não-apto", ou "inapto", "já pronto", "ainda em formação". No entanto, o desejo de pertinência poderia conter obscuramente, escondido, esse elemento implicado na autorização, que não fica resolvido com o entendimento da formação como interminável. A necessidade de um agente superior que valide o outro enquanto psicanalista, função esta que um departamento poderia imaginariamente cumprir para aqueles que se propusessem como membros, poderia ocorrer.*

Claro está que não pretendíamos garantir, quando fazíamos estas considerações, que todos os candidatos a membros fossem movidos por um desejo puro, sem obscuridades, visando a uma instituição composta por eleitos, psicanalistas além do Olimpo. Pretendíamos apenas pensar quais seriam as condições de pertinência e reconhecimento que se poderiam buscar num Departamento, e quais seriam as implicações dessa pertinência e desse reconhecimento sobre um compromisso do membro para com o Departamento. A questão do compro-

misso remetia a uma inserção do psicanalista como agente produtor de sua formação e da de outros psicanalistas, inclusive portanto, produtor do próprio pensamento psicanalítico. (...) *A partir dessas reflexões, surge então a proposta de que todos aqueles que desejam participar do Departamento explicitem seu desejo de pertinência e sua forma de contribuição a ele, através de um trabalho a ser apresentado para uma comissão eleita para esta função específica. Este trabalho seria um instrumento que possibilitaria, aos que desejam pertencer ao Departamento, articular sua proposta de contribuição, e por outro lado, permitiria ao Departamento ter um primeiro contato com o que o interessado poderia aportar.*"

Tento assinalar, através desta longa citação, as coisas que permanecem e que, portanto, não conseguimos ainda resolver na nossa atividade coletiva. Por um lado, tivemos conquistas importantes; o Departamento é uma delas, e produzimos outras que têm aspectos muito vivos, como a Revista, os setores Eventos e Saúde Mental, cujas atuações vêm contribuindo para o caminho no qual se dá a formação. Mas por outro lado, outros aspectos não foram desenvolvidos: tomarei como exemplo o setor Grupo de Estudos, cuja atividade - e foi assim historicamente - é sempre dirigida para fora do Departamento. Falo aqui sobre os espaços de interlocução mais clínicos, de troca de experiências clínicas variadas, que nem sempre vingam com facilidade nesse Departamento. Lembremo-nos do Espaço Aberto e da Clínica do Departamento! Este último tentava ser um primeiro modelo de clínica; era o primeiro projeto aprovado pela assembléia, e que fez tentativas de levar adiante um certo pensamento do Departamento nesse funcionamento clínico, mas esbarrou em muitas dificuldades. Estas não foram só as da instituição maior do Sedes, mas antes algo que tem a ver com os impasses para definir um perfil da

nossa formação e dos analistas no nosso Departamento.

Para mim, o problema maior é o fato de que o único perfil que ainda nos define e que compartilhamos, e nisso me junto à Ana, diz respeito ao aspecto democrático, à abertura etc... Mas daí em diante, temos uma dificuldade incrível de estabelecer passos e momentos onde se possam diferenciar maneiras de pensar e se debater, e até quanto aos aspectos da formação. Penso que esta dificuldade está li-

“ Há no Departamento uma carência quanto à especificidade do fazer analítico. ”

gada a alguns fantasmas, que me parecem cantar em verso e prosa em todos os textos que percorri; estes contêm o alerta contra os perigos das identificações maciças, da rigidez etc. Há alerta aos riscos, mas pouco pensar sobre os aspectos positivos que se pedem nos questionamento e nas perguntas colocadas para esse debate. Os fantasmas do autoritarismo deixaram um espaço de indefinição. Nós pecamos por permanecer nele.

Sinto que há uma carência no Departamento no que diz respeito

à especificidade do fazer psicanalítico.

**Rubia Mara Nascimento** - Escolhi para falar algumas questões, com as quais mais me identifiquei.

**A questão da prioridade:** A análise é, sem dúvida, no meu entender, a prioridade no processo de formação. Venho observando que é em torno da análise pessoal que os outros elementos/espacos, que fazem parte da formação, isto é, a *supervisão*, os *estudos teórico/clínicos* e a *clínica*, vão se constituindo. O grifo na clínica tem uma função. É em torno dela que processo os pensamentos apresentados aqui.

Entendo que cada um destes elementos formadores são espaços, mas inicialmente não temos muito claro como ocupá-los. Apresentam-se muito misturados, atravessam-se em muitos momentos, e é uma tarefa árdua podermos conviver com esta realidade. A análise é que possibilita o surgimento de um sujeito construtor que, a partir de um certo momento, vai se apropriando destes recursos somados nos espaços formadores, constituindo seu lugar de analista ou de aspirante a analista. Aspirante, porque me parece um refazer permanente.

Bem, por que buscamos uma Instituição? Citaria algumas razões apenas que me parecem mais evidentes e talvez mais gerais.

Numa formação como a de um analista, em muitos momentos estamos cercados de dúvidas, de questões clínicas e teóricas. Até como estudar Freud já é uma questão que não se responde assim de pronto. Por outro lado, também queremos ter e saber quem são nossos pares, o que pensam, como lidam com as mesmas coisas que nos ocupam, como se organizam. Precisamos de um espaço de interlocução. Portanto, dentre outras, estas questões nos fazem buscar a Instituição, ficando ela assim no lugar de um balizador deste percurso. Um referencial de pertinência e reconhecimento.

Com respeito à questão coloca-

da sobre a determinação e avaliação dos componentes da formação, eu diria o seguinte:

Determinação (não controle) e avaliação deveriam estar casados, vinculados, no meu ponto de vista. Por determinação, estou entendendo que falamos das normas, regras, exigências, do rigor em busca de uma qualificação profissional. Entendo, como questão de suma importância, a identificação da Instituição com as determinações que elege como fundamentais. Se se determinar que tal e qual elemento é ou deve fazer parte desta formação, é esta identificação com a determinação que estabelece o compromisso da Instituição no sustento deste lugar. Uma vez nomeadas as determinações, o compromisso com as mesmas é que estabelece o vínculo, como chamei, com a avaliação, que para diferenciar do que é uma avaliação puramente acadêmica, chamarei de avaliação/acompanhamento.

É usual, por exemplo, que duas entrevistas sejam propostas ao candidato, para que ele se apresente, fale de suas demandas, de seu momento. É claro que em duas entrevistas não é possível cumprir este saber sobre o candidato, e nem é possível a ele se apresentar. A minha idéia seria de que a avaliação/acompanhamento ocupasse o espaço de continuidade destas entrevistas, em desdobramentos disto que se quer saber nas entrevistas, e também do que este candidato tem a apresentar. Para ilustrar o que venho apontando como desdobramento possível das entrevistas, escolhi falar um pouco sobre as monografias. Mas, sem dúvida, encontraríamos muitos outros.

Gostaria de pontuar neste momento, antes de sugerir a idéia a respeito das monografias, que até aqui venho defendendo idéias, que contemplam determinações claras, rigor nas avaliações/acompanhamento dos processos de formação. É claro que entendo que o sujeito desta formação é amplamente con-

siderado, quando pensamos em acompanhamento de uma construção e não em avaliação puramente acadêmica. Neste espaço, a supervisão individual, por exemplo, é preciosa.

**Sobre as monografias:** temos neste campo várias possibilidades. A escrita é solitária, individual, deixa suas marcas, permite a um processo de pensamento tomar forma. Enfim, características muito semelhantes a certos aspectos da própria formação como um todo. De outro

“ Precisamos de determinações claras, e de uma ampliação das perspectivas do Departamento. ”

lado, quem lê pode estar muito perto de quem escreveu, acompanhá-lo em seu percurso de pensamento, entender os passos deste pensamento, etc. É um lugar privilegiado de construção e de avaliação. O que pensei é que se pudessemos, por exemplo, fazer um número menor de monografias, num tempo maior, com acompanhamento de um interlocutor, que pudesse tanto orientar nas questões formais da escrita, quanto balizar as articulações que estão implicadas no próprio pensar do formando,

poderíamos estar abrindo mão de um certo *laisse faire* deste fazer monografias, e contemplando com rigor isto que venho chamando de avaliação/acompanhamento.

#### **Questões do Departamento:**

Escolhi dois aspectos que venho pensando como importantes e vinculados ao Departamento: a pertinência e o reconhecimento. Nossa formação não garante pertinência nem reconhecimento. E incluo na formação a análise pessoal. Neste sentido, volto à questão das determinações, e das avaliações claras, amplas, não para caracterizar uma Instituição autoritária, mas para considerar objetivamente os altos custos implicados nesta formação. São custos econômicos, operacionais, o tempo prolongado. Se pudermos ter ao longo do processo “feedbacks” claros, pré-requisitos nomeados e cumpridos, podemos garantir a liberdade para que cada um possa ir escolhendo se quer, se pode, se não pode, se prossegue, etc.

Para isto, entendo que não só precisamos de determinações claras, desmembradas e não-sintetizadas, como também precisamos de uma ampliação de perspectivas no Departamento. E isso tanto do ponto de vista da própria formação quanto de termos um Departamento que possa se voltar para a comunidade, ampliando suas possibilidades de inserção social.

Como temos hoje no Departamento um grupo que atende a saúde pública, outras instituições públicas podem ser beneficiadas pelas atividades possíveis de um profissional da psicanálise: uma clínica institucional estruturada, instituições jurídicas (que defendem menores, famílias, etc). Estes são exemplos de possíveis formas de ampliação, como o efeito de se dar continência e pertinência para quem se forma, e de se voltar para a comunidade, buscando-se outras formas de ampliar e socializar os benefícios oriundos da psicanálise.

Ainda gostaria de sugerir que



tornar-se membro do Departamento também pode atender o compromisso com a qualificação. A apresentação de trabalhos escritos, seminários ou outros a se pensar, são algumas possibilidades.

**Luis Carlos Menezes:** Do texto proposto pelos organizadores deste encontro destaque: **Como deveria ser a formação no Departamento?**

Diz-se que para alguém ser analista basta ter um paciente e um colega, na verdade dois, um na função de analista do analista e outro na de supervisor. Infelizmente, as coisas são mais complicadas: não é possível dissociar a prática psicanalítica de alguém das modalidades institucionais, historicamente datadas, em que esta prática se engendra e se sustenta. Refiro-me aqui não apenas às tão decantadas instituições psicanalíticas, mas também às formas constituídas dos sistemas teóricos apresentados como totalidades, trazendo neles a miragem com que sonha cada analista (somos, mais do que ninguém, sedentos de certezas) de formulações teóricas em perfeita consonância com o acontecer e o fazer clínico e, em contrapartida, um fazer clínico que realimenta e reconforta o sistema teórico. Estas formas ideologizadas do saber e do fazer psicanalítico se instituem nas mãos de um grupo ou sub-grupo (dentro de uma sociedade por exemplo) ou mesmo nas mãos de uma única pessoa, que se torna, nesse caso, ela própria a instituição. Cria-se desta maneira um microclima em que se está contente com a teoria, contente com a prática e contente com a pessoa ou grupo que lidera o empreendimento: temos uma bela totalidade contente de si.

A exigência unitária é fundamental nos funcionamentos egóicos: mesmo um simples titubeio como um lapso na fala é rapidamente reintegrado pelos presentes ao todo coerente, como nos mostra uma experiência freqüente; o in-

consciente, ao contrário, ignora qualquer aspiração à totalidade.

Uma psicanálise, processo de ligação e desligação, se faz “entre” as duas lógicas. O desenvolvimento da aptidão ao que poderíamos chamar de *pensamento clínico*, referindo-nos tanto às modalidades de pensamento, na maleabilidade e diversidade de formas requeridas pela escuta na clínica, quanto à capacidade para formular algo deste processo no a posteriori do trabalho clínico: o desenvolvimento desta

“ O objetivo da formação deve ser o desenvolvimento da aptidão ao pensamento clínico. ”

aptidão para um *pensamento clínico* deve ser o objetivo do que chamamos de formação analítica. E esta só pode ocorrer adequadamente se, como na situação de análise, puder equilibrar-se *entre* as exigências reaseguradoras, e coerentizantes do Eu, e a ação disruptiva que vem do Inconsciente.

Uma instituição tem que ter, para a formação, uma função equivalente à do enquadre numa análise.

Por enquadre entendo não só a constância lugar/tempo, como também a “*atitude*” do analista, sua

disponibilidade para manter-se não só como continente de projeções, como, mais amplamente, ser suporte das transferências. Uma das dimensões da transferência corresponde, em algum nível, à confiança, à *possibilidade de acreditar no outro* (tanto no sentido de dar crédito como no de crença). Quanto à menção de crença, é bom lembrar que nem a ciência mais convencional se faz sem apoiar-se em crenças. *É o crédito dado ao outro, ou a crença nele, que permite ao analista, em particular ao debutante, acreditar no que pensa.* Sem poder acreditar no que se pensa, e em psicanálise temos que pensar de um jeito inacreditável, sem esta crença ou convicção da qual um outro é a garantia, o credor, (seja ele o próprio analista, o supervisor, a instituição), sem ela não é possível ser nem analisando, nem analista.

Esta função de “*holding*”, de suporte, condição para que se possam afrouxar as defesas, as amarras estreitas do Eu, é o que se deve esperar de pessoas e instituições que se proponham não tanto “*a dar uma formação*”, o que ficaria do lado da vocação totalizante do Eu de que falava, mas a favorecer as modalidades de prática clínica e de pensamento clínico em que o analista se encontre melhor em sua maneira de ser.

É feita menção, na pergunta sete, à “*psicanálise francesa*”, preponderante em nosso curso. Seria bom, antes de mais nada, lembrar a este propósito que sob este nome não encontramos uma teoria uniforme, referida a um único autor: ao contrário, ele designa um grande número, bastante heterogêneo, de psicanalistas que têm em comum a recusa em aderir a uma doutrina coerente da Psicanálise, no caso, o lacanismo. São analistas que se mantiveram, teimosamente, na referência a este “*entre dois*”, a este lugar de equilibrista ao qual não faltam a angústia nem a possibilidade de pensar com ela.

A recusa em se deixar arremessar sob a bandeira de um mestre não é exclusiva a estes psicanalistas franceses, ainda que ali esta tenha sido muito explicitada e pensada, e tenha sido ampla e até mesmo fecunda. Este tipo de recusa, na verdade, está presente em toda a história do movimento psicanalítico.

Na Inglaterra, basta pensarmos num Winnicott, que resiste com humor, às vezes mau humor, ao tecnicismo kleiniano de então, sempre crítico a uma espécie de matracagem interpretativa que caracteriza uma clínica baseada numa teoria que tinha o inconveniente de funcionar bem demais (de tudo explicar) - isto, é claro, antes do antídoto chamado Bion. Mas há outros "marginais" da Sociedade Britânica, como Fairbairn, Balint, Meltzer, Masud Khan e, de certa forma, creio eu, o próprio Bion. Talvez não seja por acaso que estes autores sejam visitados com relativa frequência pelos psicanalistas franceses, e há talvez bem mais deles, no que se chama de "psicanálise francesa", do que se poderia supor.

Começamos a nos familiarizar, graças a um número recente da Revista *Percurso*, à dramática resistência de Ferenczi não só a Freud em pessoa, mas às pressões que provinham de uma institucionalização, então acelerada, de um *freudismo versão oficial*. Da mesma forma, acho que nossos colegas argentinos teriam muito a nos dizer não só sobre as rupturas institucionais, mas também sobre o que implicavam como resistência às formas institucionalizadas da teoria em seu país.

Penso que a linha de reflexão que indiquei aqui é um dos fios que permeiam, aqui no Sedes, a nossa sensibilidade, a nossa maneira de pensar a psicanálise e a sua transmissão.

Creio que, com o que já disse, tenho elementos para responder a outras questões propostas:

a) Sobre o "alinhamento teórico":

o analista precisa aprender a equilibrar-se sobre o fio, e há inconvenientes em deixar-se "alinhar".

A instituição precisa oferecer ao analista mais novo, iniciante na arte de tornar o seu "Eu" equilibrado, digamos a "miragem" indispensável de uma rede sob o fio. Não deve ser demasiado reaseguradora; e a tentação da abrangência estudiosa, do curso completo - nestes tempos de psicanálise na Universidade e da difusão dos cursos de Freud, dos cursos de Psicanálise -

“ A instituição precisa oferecer ao analista iniciante uma rede, mas não demasiado reaseguradora. ”

deve ser evitada por nós.

Laplanche, que não pode ser suspeito de ser anti-teórico, disse-nos há alguns meses, aqui mesmo, que a única teoria em que acredita é aquela que desmonta a teoria, senão trata-se de resistência à análise. Mas é preciso que um coletivo, uma instituição que pretenda se oferecer como suporte, como lugar para a formação de analistas, aceite, agüente ficar *no lugar do credor*. Não pode se esquivar das necessidades transferenciais: a proposta de um curso de Freud, de Psicanálise,

distingue-se neste ponto, e radicalmente, de uma *proposta de formação analítica*.

Se o curso de psicanálise foi o ponto de partida do Departamento, talvez se possa imaginar como desejável um ponto de chegada futuro em que o Departamento não tivesse mais o curso e sim, se transformasse num lugar de convívio produtivo entre analistas, no qual um leque de opções para seminários de reflexão sobre a prática da psicanálise pudesse funcionar como suporte para a formação de análises mais jovens.

É o que ainda temos tido dificuldade em intensificar: uma vida associativa.

b) A afirmação de que a APF privilegia a supervisão é verdadeira quanto ao seguimento do analista em formação. A seleção, no entanto, é baseada principalmente na análise pessoal do entrevistado, que se supõe já terminada ou, pelo menos, bastante avançada. Quanto a nós, na medida em que fomos evoluindo para uma proposta mais assumida de "formação analítica", acho que teremos, de algum modo, que saber mais do que temos feito até aqui sobre a análise das pessoas em formação conosco. Pessoalmente, nas entrevistas de seleção, tenho tido o cuidado de não entrar muito nesta área, a da análise pessoal. É um cuidado que, por enquanto, acho melhor não abandonar, preferindo apoiar-me mais em modos indiretos de avaliar as aptidões do entrevistado, observando a maneira como fala de sua clínica (o que não é fácil, principalmente para um debutante), a mobilidade psíquica que pode mostrar em relação ao caso e nas trocas comigo. Acho que esta é uma tendência geral no grupo dos professores. Mas talvez seja possível, com tato, tentar saber um pouco mais sobre a análise do entrevistado: é uma análise que está apenas começando (não penso só no tempo cronológico) ou ao contrário, o paciente já viveu experiências significativas nela, sem que tenha que relatá-las?

c) Quanto ao acompanhamento dos alunos durante o curso, noto que a troca de impressões dos professores sobre a evolução do aluno tem aumentado. A maneira de melhorar este acompanhamento deve, a meu ver, passar pela intensificação destas trocas entre professores. Acho importante que se evite "organizar" demais as coisas como, por exemplo, fazer fichas com avaliações por escrito, pois além de deixarem de lado o essencial, que só pode passar pela fala, criam um clima persecutório e infantilizante.

d) Concordo em parte com o que é dito na pergunta seis. Talvez se pudesse imaginar uma evolução em que mais tempo fosse dedicado aos seminários clínicos, ou que estes pudessem ser feitos com um grupo menor de alunos. Embora o seminário teórico seja algo sempre um pouco complicado para mim, noto que nas monografias aparece uma fecundidade, quase inesperada, que as valida. Algo que vai no sentido (o que aparece nas monografias) do que chamei de desenvolvimento de um pensamento clínico. Mexer muito pouco com teoria pode ter efeitos empobrecedores para a clínica, que corre o risco de se mecanizar, de se tornar algo próximo de um tecnicismo prescritivo. Talvez uma evolução para nós poderia estar mais em conseguirmos aumentar a clinicidade das proposições dos textos do que em diminuir o seu uso. A introdução da supervisão individual está sendo talvez a mudança mais significativa que fizemos nos últimos tempos, e que terá, a médio prazo, creio eu, uma incidência marcante nos rumos de nosso projeto de formação.

e) Quanto à pergunta oito, não acho relevante hoje esta posição de projeto alternativo. A questão principal, de destino incerto, é a da nossa evolução de um "Curso de Psicanálise" para um Departamento, concebido como lugar de investimento e de atividade associativa de analistas, tendo em seu bojo uma

proposta de formação de analistas. Problemas antes esquivados têm agora que encontrar encaminhamento, dentro das peculiaridades de nossa instituição.

f) A aversão em relação às hierarquias e às etapas de passagem, que sempre nos caracterizou, tem cedido lugar à percepção que hierarquias acabam se produzindo de forma sub-reptícia, e à idéia que um certo reconhecimento formal das mesmas poderia ser ordenador, tranquilizador para a vida da insti-

“ A supervisão individual é a mudança mais significativa dos últimos anos. ”

tuição. Não tenho ainda posição clara sobre isto. Acho que a disposição de acompanhar mais de perto a formação de nossos alunos tem como corolário um comprometimento um pouco maior, como instituição, no reconhecimento de seu trabalho: isto teria que se fazer através de alguma passagem, de uma categoria para a outra, *por exemplo de aluno a membro do Departamento*. Esta poderia ser baseada, além da validação do curso, na apresentação pública de um trabalho. Fica mais claro hoje para nós, creio eu,

a diferença entre pretender autorizar ou não alguém a se dizer psicanalista e a exercer a psicanálise, como fez a IPA, e o reconhecimento, enquanto grupo, enquanto instituição, que possamos dar a alguém, cuja produção, cujo trabalho, acompanhamos durante anos.

## Comentários da platéia:

**Isabel:** Noto que existe uma distância enorme entre a exposição da Rúbia sobre a monografia - porque nós trabalhamos ainda com monografias - e a proposta de Menezes de que o curso desapareça. O que seria a diferença entre essa formação que pretendemos, e que pode chegar um dia à dissolução do Curso, e de outro lado, os traços que caracterizam a partir das monografias, que nos aproximam talvez mais à proliferação atual da psicanálise universitária?

**Daniel:** Parece-me que colocar a ênfase na formação alternativa, resguardando-se contra um certo autoritarismo institucional, como fez Ana Maria, é algo característico do Brasil e particularmente dos seus meios universitários. Embora seja compreensível no contexto histórico-político brasileiro, isto me parece extrínseco à formação psicanalítica. Na minha experiência, a percepção e o trabalho com as transferências que temos com as instituições de formação e com seus representantes é algo tingido pela cor supergóica singular de cada um; portanto, se dá nesse vai e vem entre o consultório, a supervisão e a análise. Quero dizer que isso faz parte do trabalho psíquico que é próprio da formação.

**Ana:** Tenho um grande interesse na pergunta da Isabel sobre os pólos de saber, o universitário e o adquirido pela formação. Mas quando falei de uma opção alternativa, tentei enfatizar a escolha positiva e não negativa (contra). Penso que precisamos resgatar os ideais. A contraproposta pós-modernista, ao

destacar a inexistência dos ideais nos faz esquecer a instância do ego ideal, que propulsiona e conduz em parte o desejo.

**Rubia:** Eu trouxe a monografia como um exemplo desse espaço de cuidado, sustentação, acompanhamento e suporte da transferência pela instituição no processo de formação.

**Menezes:** Para mim, a questão crucial e de destino incerto é o da evolução que está ocorrendo, de um “curso de psicanálise” para um departamento como lugar de investimento e de atividade associativa de analistas, tendo em seu bojo uma proposta de formação de analistas. Problemas antes esquivados têm agora que encontrar encaminhamento, e nesse ponto me aproximo um pouco do que Daniel dizia. Concordo com Ana Maria quando afirma que não é possível eliminar a instância do ideal do eu nem as funções ideais. Mas tem me preocupado, inclusive teoricamente, talvez na continuidade daquele trabalho que apresentei aqui sobre o narcisismo e o ódio, a questão sobre o que se entende por ideal do ego. Porque este está ligado ao ego, está ligado ao id, etc., o que complica muito as coisas. Como se integra o ideal do ego no ego? Para ser breve, temos que investigar o que, nos ideais, opera sob a forma de valores integrados, e o que opera de forma que o sujeito quase não pode evitá-los: eles agem... A idéia de Freud é que a culpa vem do inconsciente. É um valor que cobra sem que o sujeito sequer tenha consciência disso; é este o poder que tem sobre o sujeito. Então esse ideal não precisa ser recuperado; ao contrário, às vezes é preciso até ganhar alguma margem de liberdade em relação a ele. E há os ideais que propulsionam, que abrem o sujeito para um projeto, para não ficar voltado para o próprio umbigo, para a própria mãe: abre o sujeito para um projeto. Agora: esses ideais estão na carne psíquica. É claro que a cultura de

alguma maneira os processa de maneira diferente. Mas a cultura, ou qualquer grupo, não pode produzir um prótese de ideais. Quando a cultura faz isso, ela está no registro do ego, da imaginalização dos ideais, da submissão à culpa de umas pessoas pelas outras, em nome dos ideais. A pessoa que está escravizada pelo ideal procura escravizar as demais em nome do ideal. Se alguém pedisse um exemplo, eu daria uma grande gargalhada, porque este é o nosso século, a nossa história, a nossa experiência

“ Talvez tenhamos  
passado a considerar  
a Psicanálise mais  
um fim do que meio  
para atingir objetivos  
políticos. ”

pessoal, nós vivemos isso em escala planetária, e vivemos na carne.

**Renato:** Comecei a pensar que talvez, nos primeiros anos de existência desse grupo nosso, a psicanálise fosse antes um *meio* do que um fim. Quando se abriu o Curso de Psicanálise, visavam-se uma série de finalidades, para as quais a psicanálise poderia servir de instrumento. Finalidades de tipo político, no sentido amplo; finalidades de tipo profissional, quando Cleide fala na busca da “melhor qualificação

para o psicólogo clínico”. Nesse sentido, o curso se propunha a uma divulgação do conhecimento psicanalítico e à formação de pessoas capazes de utilizá-lo de maneira crítica, inteligente, politicamente correta, para fins de natureza ampla. Pode ser que, nos meados da década de 80 tenha se iniciado um processo de transformação: uma preocupação com a formação, com tudo o que está ligado ao que Cleide mencionou. Talvez este movimento tenha brotado da percepção de que o projeto “psicanálise como instrumento” tinha de alguma forma se esgotado, e que a psicanálise podia passar a ser, ela mesma, o fim. Mas, uma vez que se começa a cotejar meios e fins, abre-se a possibilidade para pensar um certo traço *voluntarista*, que para mim surge imediatamente, quando leio projetos, estatutos, enfim, as primeiras formulações que deram origem ao Departamento. A ênfase na *produção*, a idéia de que o psicanalista é um agente *produtor*, está inscrita nesse documento que Cleide leu. E eu me pergunto se, inicialmente, o Departamento confusa e obscuramente não se constituiu como departamento de *ativistas*, mais do que departamento de psicanalistas, ou como associação de psicanalistas. Nós acabamos criando uma série de formas institucionais que favorecem as atividades. Não tenho tanta certeza de que todas essas atividades sejam igualmente pertinentes para o fim da formação de um psicanalista. Possivelmente, a organização de um evento ou a publicação de uma revista nos garantem da nossa vitalidade; mas há a possibilidade de que o ativismo e a atividade em prol de uma causa sejam rapidamente confundidos com momentos da formação do psicanalista. Temos ouvido muito, e ouvimos aqui de novo, a queixa de que o Departamento cria espaços de interlocução que se esvaziam. Eu me pergunto se nós estamos organizados para *favorecer* ou para *bloquear* esses espaços de

interlocução, se isso de alguma forma não visa a produzir exatamente o contrário da interlocução.

**Mario:** Tenho a impressão de que estamos no momento de levantar questões, e levantá-las com calor. Está havendo discussões a respeito das linhas que, de alguma maneira, nortearam diversos momentos desse percurso. Pergunto, por outro lado: a que se deve nossa união? Será em torno - pelo menos no nível da declaração - da famosa "formação permanente"? Será que esta representa um trotskismo psicanalítico, o análogo da revolução permanente? Porque, se assim fosse, ela não produziu muita coisa em termos de vivência formadora. Pergunto-me também se esta união não foi uma maneira de evitar produzir formas acabadas, depois que já se formou, isto é, o produto definido, a formação. Eu não gostaria de pensar uma instituição que fabrique analistas de carteirinha, ou seja, uma instituição corporativa, com gente inscrita numa lista, com a lista exata dos que mandam sobre os outros. Penso em analistas ativos, querendo desenvolver determinado projeto, fazendo avançar a psicanálise e outras coisas mais, porque as pessoas não são somente psicanalistas. Eles podem ser ao mesmo tempo cidadãos, intelectuais, universitários etc. Se éramos alternativos, o éramos dentro de uma corrente de alternatividade que tinha sentido político. Hoje a pergunta é: continuar a sê-lo ou não? Éramos uma alternativa à IPA e, de alguma maneira, começávamos a ser também uma alternativa às características adotadas no movimento lacaniano em nível internacional; e, desse ponto de vista, questionamos as tendências monopolizadoras de psicanálise, que almejavam ser produtoras exclusivas de psicanalistas. Numa certa época, as lutas contra os monopólios, contra os domínios, ocorriam em diferentes ambientes, tentando mudar as relações concretas de poder. Então, esta era a ativi-

dade que tentávamos fazer. Quando não conseguíamos e ficávamos no nível da declaração, éramos mais ativistas que ativos. Quando conseguíamos, diria, éramos mais ativos que ativistas. Eu gostava de que fôssemos assim, que promovêssemos isso. Mais tarde começamos a estabelecer a nossa diferença, a nossa peculiaridade, o rosto próprio... E eu me pergunto aí se algo disso não se transformou também em um "diferenciacionismo", um singularismo, um particularismo, todas es-

“ Precisamos de analistas ativos, querendo desenvolver a Psicanálise e outras coisas mais. ”

sas variantes que se podem encontrar em termos de exageros e desvios, além do sentido objetivo que ele deveria ter. Mas existe também o problema de apresentar-se no mercado como analistas diferenciados. Há certamente algo ruim nesta lógica-ideologia mercadológica. Ocorre-me perguntar: alguém da mesa pensou nessa dimensão da articulação com a problemática mercadológica?

**Elisabeth Gaiarsa:** Gostaria de levantar a questão da produção acadêmica, que fica relegada

a um segundo plano, enquanto o ser analista é elevado a uma coisa superior. Isso me incomoda! Quando se pensa na questão de mercado lembro a necessidade de se estar pensando nas equipes, na questão da interdisciplinariedade, de qual população que esse psicanalista em formação vai ter que atender.

**Silvia:** Falou-se várias vezes do acadêmico como o universitário opondo-o às sociedades de analistas. Mas o acadêmico não se define por um lugar e sim por uma posição em relação ao saber. Uma sociedade de analistas não está livre de converter um projeto de formação num ensino de cunho academicista e isto realmente muitas vezes acontece. Encerrar os espaços dos seminários teóricos como lugares de pesquisa realizada a partir de questões que a prática nos coloca pode ajudar a não nos converter num lugar de fechamento de um saber instituído e repetido dogmaticamente. Li recentemente o livro de Maud Mannoni "O sintoma e o saber", que registra o momento no qual ela pede o reconhecimento da universidade; interessante momento, pela surpresa que produz nos analistas arguidores, que os leva a perguntar-se não só sobre a universidade mas também sobre as sociedades de analistas. Um comentário de Fédida deixou-me pensando: "os investigadores que chegam à universidade vêm de espaços psicanalíticos diversos e não obedecem a uma disciplina de escola ou a um sectarismo de algum grupo. Por isso suas preocupações podem confrontar-se numa liberdade de reflexão inigualável". As questões de reconhecimento, emblemas narcísicos e as procuras identitárias fazem parte da vida institucional nos lugares de formação dos analistas; o problema é que muitas vezes eles ocupam tanto lugar que vão fechando os espaços para os intercâmbios, as trocas entre colegas, o processamento das questões clínicas - tudo aquilo que é o mais caro da vida institucional.

**Renato:** Tenho a impressão de

que a preocupação atual com a formação diz respeito à capacitação clínica do analista, coisa que nos primeiros tempos do curso estava - para usar a figura que Mário trouxe - mais no plano das declarações que no plano das preocupações existenciais. Ela era um pouco dada como uma consequência mais ou menos natural. A percepção de que não é bem assim é uma das origens desse questionamento, que acopla cada vez mais formação e clínica, sem que isso signifique um estreitamento do horizonte, pelo contrário.

**Cristina:** Quando Freud disse que a psicanálise é um método de investigação, de pesquisa dos fenômenos psíquicos, isso era em função desse método ser *terapêutico*, podendo oferecer algum tipo de serviço para os seres humanos afligidos pelo sofrimento, que cada dia é maior. Nesse sentido, qual é o objeto de pesquisa, senão a situação analítica?! E supervisão do que, senão de uma prática clínica? E qual é o mercado que me preocupa? O mercado no qual o *Prozac* reflete o monopólio dos laboratórios, que querem tomar um terreno no qual a psicanálise, durante um século, tinha conseguido avançar. Penso que uma psicanálise que perca de vista o exercício clínico de sua especificidade não tem muito futuro.

**Renata:** Eu estava pensando que esse talvez seja um ano muito importante, muito decisivo para nossa instituição, no sentido de que possamos realmente promover mudanças profundas. O debate de hoje é um bom augúrio, porque estão se explicitando diferenças importantes entre nossos membros. Talvez esse processo seja um tanto doloroso, pelo menos para mim, e talvez nos tenhamos que fazer uma desconstrução que me parece não significar a negação do passado. Uma desconstrução para poder fazer de antigos ideais, marcas; poder sofrer um processo de luto desses ideais, para que justamente não se caia naquilo que Renato designou com o termo de *ativismo*. Pois

este, o ativismo, é um construtivismo maníaco, sempre acontece quando não se pode fazer o luto de alguma coisa. E o luto não significa negação, ao contrário, significa integração. Um luto desses pode ser extremamente doloroso, porque sempre requer o desprendimento narcísico desses ideais, e o reconhecimento de que eles muitas vezes se tornaram defensivos. Este debate foi um excelente começo deste desprendimento. Só é possível investir em novos ideais se puder ocorrer o luto dos ideais antigos e a integração deles como marcas, marcas simbólicas, que de alguma maneira vão estar presentes. Mas, como bem lembro Menezes, não mais despertando culpabilidade, e sim impulsionando na busca de valores mais adequados ao momento seguinte de um processo histórico.

**Maria Auxiliadora Arantes:** Ainda sobre a questão da universidade e a formação do analista: na minha opinião, essas questões são tão diferentes que na verdade não se misturam. Elas provavelmente estão se misturando nesse momento, por questões e demandas pessoais, ou por necessidades pessoais. A universidade é uma instituição milenar. Os lugares de saber estão absolutamente demarcados: o lugar do mestre, o lugar do aluno. Os cronogramas, as exigências, os contornos, são absolutamente precisos na universidade. Não existe na universidade nenhuma exigência em relação à análise pessoal de um analista, à supervisão de um analista, à prática clínica de um analista. Mas estas questões são a essência da formação de um analista. Quando uma instituição como o Sedes promove essas questões, ela está vivendo a sua essência. Se existe uma demanda da escrita ou da formulação teórica, e a universidade aparece como um lugar que analistas formados no Sedes ou se formando no Sedes vão buscar, é porque a universidade oferece alguma coisa que pode ser um *a mais*, um

*diferente*, mas nunca algo que possa confundir as duas esferas. A busca de contornos mais precisos na universidade não desqualifica a produção do analista; ela pode ser uma contribuição, mas diferente, nunca menor e muito menos maior.

**Menezes:** Concordo plenamente com Dodora. E digo isso porque a depreciação da universidade seria a imaginarização do ideal; o ideal seria psicanálise, e o que não é psicanálise é ruim: é claro que não é. Minha sugestão quanto à formação no Departamento é que ela fosse centrada na clínica. A psicanálise não é só a clínica, a formação psicanalítica não é só a clínica; mas é essencialmente a clínica. Se o projeto é esse, teremos esse perfil. A nossa associação pode ter outras opções: políticas, históricos, sócio-culturais; mas escolher uma dessas opções significa que nós não vamos ser um grupo de analistas que se propõe a formar psicanalistas. Em Paris existe um grupo de analistas que não se ocupa de formação; falo do Colégio de Psicanalistas, que está em vias de dissolução no momento, e do qual meu ex-analista é integrante até hoje. Para entrar no *Colégio*, era necessário ter pelo menos dez anos de prática analítica, porque eles resolveram não se ocupar da formação, e conviviam juntos muito bem. Um grupo de analistas interessados em intervir na vida social, ou que se agrupa em torno de idéias parecidas, é algo muito positivo; mas isso não envolve uma proposta de formação analítica. Se nós a temos, temos que sustentar a transferência; devemos trabalhar com isso e transformar isso. Quer dizer: podemos escolher fazer uma coisa ou outra, mas não podemos fazer de conta que não estamos escolhendo.

**Ana:** Faço um breve comentário sobre o que Renata afirmou em relação às linhas que vão se definindo e se esclarecendo. Um ser social, política, histórica e psicanaliticamente engajado tem, no meu modo de ver, a melhor possibilidade de transmitir a formação.